

PROFESSORES AVALIAM A AÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR

EHURNICE GOMES DE OLIVEIRA SILVA
UFPI
elengomes@ibest.com.br

A supervisão escolar surgiu atrelada à inspeção das atividades docentes, sendo, por isso, bastante criticada pelos educadores ansiosos por mudanças nas relações de poder existentes na sociedade e, conseqüentemente, na escola. Esse caráter fiscalizador constitui controle indireto, tanto da prática pedagógica do professor quanto da instituição escolar em relação ao sistema de ensino.

Sob a linha tecnicista, o supervisor volta-se para questões desvinculadas dos reais problemas da educação, caracterizando-se como um tecnoburocrata. Assim, as orientações dirigidas ao professor sobre o processo de ensino tendem a se distanciar do dia-a-dia da sala de aula, por desconhecer os problemas que nela ocorrem, vez que a ênfase é o uso de técnicas.

No final dos anos 1970, a supervisão escolar buscou renovar o caráter de suas atividades, por temor à vinculação ao regime burocrático-autoritário, em declínio. A organização dos Encontros Nacionais de Supervisão Escolar revelou essa preocupação, orientando o abandono da prática fiscalizadora, das técnicas e dos instrumentos tecnocráticos. No entanto, esses profissionais adotaram práticas assistencialistas, portando-se como meros auxiliares nas secretarias das escolas, envolvendo-se, sobretudo, em atividades relacionadas à decoração do prédio escolar, durante as datas comemorativas (SILVA JÚNIOR, 1984; SILVA, 1987).

Sem sucumbir às críticas que foram feitas à sua prática, o supervisor buscou incorporar uma outra postura diferente das características anteriores, ao mesmo tempo em que empreendeu esforços para ser reconhecido como trabalhador da educação. A mobilização em torno desse objetivo resultou em vitória, obtida na aprovação do texto da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O artigo 64 da mencionada Lei determina que a formação de profissionais de educação (incluído o supervisor escolar) deve ser realizada em “(...) cursos de graduação em pedagogia ou em nível de graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base

comum nacional”. (BRASIL, 1997). Esse disposto legal fortaleceu a supervisão no cenário educacional brasileiro, evidenciando a sua disposição em construir uma nova referência sobre a qual pretendem atuar.

Rangel (2001, p. 12) aposta na mudança da atuação supervisora, indicando que esta deve ser “concebida como uma construção, com os professores, do trabalho diário de todos na escola. O supervisor passa assim a ser parte integrante do coletivo de professores, e a supervisão realiza-se em trabalho em grupo”.

Pretendendo identificar o grau de mudanças no âmbito da prática supervisora, o presente trabalho analisa até que ponto essa característica foi eliminada, buscando identificar qual a avaliação dos docentes em relação ao supervisor. Trata-se de resultados de pesquisa desenvolvida em escola pública de ensino fundamental, localizada na capital do Piauí, envolvendo 23 professores. Os dados foram obtidos mediante utilização de questionário, cujas questões foram elaboradas no formato semi-fechadas, centradas em categorias gerais em torno do perfil dos professores e da concepção da atuação supervisora.

O item referente à formação do professor revela que 60% permanecem com formação de nível pedagógico, 34% com nível superior incompleto e apenas 4% possui graduação plena. Ainda que o número de professores pesquisados não seja expressivo em relação ao número de professores lotados na rede estadual de educação do Piauí, revela-se um indicativo da necessidade de uma política de formação, permitindo a elevação do percentual de docentes com qualificação de nível superior.

No exercício de suas funções, 39% afirmaram possuir experiência profissional superior a vinte anos de magistério; 26% informaram que estão na faixa de quatorze a vinte anos; 4% se encontram no intervalo de sete a treze anos; 26% estão na faixa de um a seis anos, ao passo que 4% possuem menos de um ano de experiência.

Os dados evidenciam larga experiência no magistério, considerando o aspecto temporal. O mesmo não se pode concluir em relação ao tempo de trabalho na escola em que ocorreu a pesquisa, onde 69% informaram possuir até seis anos de experiência na referida escola. Essa situação não merece menosprezo, pois observado o tempo de magistério constata-se que 21% acumulam de quatorze a vinte anos de trabalho. Somando-se a isso, 4% estão entre sete a treze anos de serviço e outros 4% se encontram acima de

vinte anos. Esses dados ensejam a necessidade do surgimento de pesquisas com o objetivo de identificar as razões desse nível elevado de transferência dos docentes entre as escolas, indicando os elementos que estariam contribuindo para a composição desse quadro, bem como suas implicações.

A maioria dos professores (69%) avaliou o supervisor como um profissional que articula, em conjunto com o corpo docente, ações pertinentes às dificuldades encontradas durante a ação pedagógica. Vale ressaltar que 26% concordaram, em parte, com essa afirmativa, justificando a ausência de envolvimento desse profissional com a escola, ao passo que 4% associaram o supervisor ao fiscal do ensino.

O trabalho do supervisor, na concepção de 78% dos professores, é articulado e direcionado à melhoria do processo ensino-aprendizagem. Entretanto, 17% consideram que o supervisor não consegue êxito em seus propósitos, apesar de concluírem pelo bom desempenho do trabalho desse profissional. Vale mencionar que 4% assinalaram o fato de que a atividade supervisora não está bem definida na escola.

A maioria desses profissionais do magistério dispõe de um contato freqüente com o supervisor, ao longo do exercício de sua profissão. Os dados expressam que 78% trabalharam em escolas, onde a presença desse profissional era evidenciada; 8% exerceram atividades em escolas que, geralmente, não contavam com o supervisor, ao passo que 8% dos respondentes informaram exercer atividades em estabelecimentos de ensino que, em sua maioria, não existia supervisor e 4% não dispunha desse profissional. Com relação ao relacionamento entre supervisor e professor, 86% dos respondentes mantêm relação de confiança, parceria e respeito mútuo com o supervisor; 8% dispõem de uma relação satisfatória, com algumas restrições; e apenas 4% se sentem muito cobrados.

O trabalho do supervisor é considerado importante para o bom andamento da escola, conforme resposta de 78% dos participantes da pesquisa, sendo que outros 21% destacaram que o supervisor oferece suporte para um melhor desempenho do trabalho. Ainda assim, 52% dos professores afirmaram que, embora seja boa, a atuação supervisora ainda deixa muito a desejar, ao passo que 47% demonstraram-se satisfeitos com a supervisão. A análise ainda revelou que 73% acreditam que o supervisor facilita e orienta o trabalho docente, outros (21%) ressaltaram que essa contribuição é irrisória diante dos problemas educacionais vigentes; e apenas 4% consideraram o supervisor como alguém

que dificulta o seu trabalho.

A atividade supervisora, de modo geral, é bem vista pela escola, conforme 86% dos respondentes. Embora os demais (13%) tenham concordado com esta assertiva, enfatizaram a sua insatisfação pelo fato de que não foram atingidos todos os objetivos concernentes à resolução das deficiências encontradas no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda com relação ao trabalho desenvolvido pelo supervisor, 52% declararam que a atividade do supervisor é importante, ressalvada a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades e ações, enquanto 47% afirmaram que o trabalho do supervisor é necessário ao andamento das atividades docentes, favorecendo a melhoria da aquisição da aprendizagem.

Essa considerável aceitabilidade do supervisor pela maioria dos respondentes está relacionada à compreensão de que toda escola precisa de um profissional que viabilize atendimento pedagógico direcionado às atividades pertinentes ao trabalho do professor (91%), sendo que outros 4% ressaltaram a necessidade de fiscalização do trabalho docente, ao passo que 4% assinlaram que a escola não necessita de acompanhamento pedagógico.

A expectativa dos professores é de que o supervisor possa adquirir habilidades e competências para desenvolver junto aos professores procedimentos adequados à redução dos problemas da escola, especialmente os referentes ao processo de ensino-aprendizagem (91%). Vale ressaltar que os professores esperam ação colaborativa, de modo que somente 8% acreditam na fiscalização como estratégia adequada.

A análise dos dados evidenciou a expectativa dos professores em relação à efetivação de uma proposta de trabalho diferente de décadas atrás, exprimindo o compromisso com os sucessos e insucessos no processo ensino-aprendizagem. Dessa maneira, a imagem do supervisor fiscalizador/tecnoburocrata se torna obsoleta, pondo em seu lugar uma nova dimensão de trabalho, reconhecida pelos integrantes da escola, sobretudo pelo corpo docente. Neste sentido, a avaliação dos professores indica a compreensão de que o supervisor dimensionou sua prática, convergindo para a identificação de problemas e de soluções, visando ao desenvolvimento do processo educacional.

Essa nova postura ocorre, portanto, em detrimento da imagem de uma supervisão burocrática, fiscalizadora, tecnicista, funcionalista, dona de decisões sobre os objetivos, estratégias, métodos e técnicas de ensino e avaliação na escola, reduzindo os professores a meros agentes executores. Dessa maneira, firma-se a supervisão que estimula e desperta segmentos da escola para uma compreensão de suas ações e de seus direitos.

De um modo geral, é possível afirmar que a supervisão adquire uma nova conotação na percepção da maioria dos docentes, a partir do momento em que a identificam como o início de um movimento integrador e articulador de sujeitos. Essa nova percepção do trabalho do supervisor sob o olhar do professor pode ser compreendida como o resultado da sua capacidade de auto-avaliação, empreendendo esforços no sentido da própria transformação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Brasília: Centro Gráfico, 1997.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. *Supervisão da Educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva*. São Paulo: Loyola, 1984.

SILVA, Naura Syria F.C. *Supervisão Educacional – uma reflexão crítica*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

RANGEL, Mary (Org.). *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. Campinas: Papirus, 2001.